

O ESTATUTO HISTÓRICO DA CIÊNCIA SOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

FERNANDO PEDRÃO*

NO LEVANTAMENTO QUE FAZ do pensamento latino-americano, Leopoldo Zea (1976) vai fundo na crítica histórica do positivismo, que em diversos países, como no México e no Brasil, se colocou como arauto da modernização e ajudou a construir sistemas de poder que combinaram um respeito religioso pela propriedade privada com uma conceituação do Estado normalizador e centralizador do poder. O posterior Estado mediador, induzido por necessidades do próprio capital industrial e pelo reconhecimento do poder sindical, seria uma mitigação desse sistema de poder e marcaria a ascensão dos grupos médios de renda e da urbanização que os tornaria politicamente mais relevantes. As outorgas do Estado em legislação trabalhista foram, essencialmente, ajustes da engrenagem do poder que formaram parte de um pacto do Estado com o capital privado que seria parte da modernização do bloco histórico de poder. Nelas há, portanto, uma dubiedade entre a estratégia fascista de controle corporativo do trabalho e as reais conquistas de movimentos de trabalhadores.

Até aí os argumentos recentes. Mas o problema tem raízes mais antigas que devem ser expostas. O estudo enciclopédico de Hubert Herring (1972) sobre a evolução da América Latina mostra, com abundância de detalhes, como o processo formativo das colônias no contexto imperial contribuiu poderosamente para uma ideologia maniqueísta do poder, imune a qualquer crítica e reverente da grande propriedade e do poder jurídico constituído. A administração colonial deixou rastros no poder judiciário, inclusive no famigerado cartorialismo. Independência na América Latina

* Presidente do Instituto de Pesquisas Sociais, professor visitante da Universidade Federal do Recôncavo.

significaria uma rebeldia contra a aliança do poder jurídico com a propriedade fundiária mais que contra as metrópoles já carcomidas e decadentes. A individualidade surgiria como uma anomalia e não teria aquela funcionalidade ideológica apontada por Vitor Molina (1980) na obra de Marx. Individualismo não se confunde com individualidade nem com cidadania e simplesmente afirma os valores dissociativos do capitalismo. Aquele poder sutil que gerou o homem cordial identificado por Sergio Buarque e aquele poder do favor, reportado por Roberto Schwartz da obra de Machado de Assis. No Brasil, como nos Estados Unidos, trata-se de ver os problemas individuais dos imigrantes em vez de examinar as razões dos fluxos migratórios nem do seu peso na renovação das práticas políticas.

Nessa condição, junto com a república, o positivismo trouxe a ideologia de uma mecânica da administração que se pôs ao serviço do poder constituído em seus ramos político e econômico, foi o que aconteceu no México pós-revolucionário e no Brasil da Primeira República. Assim, no Brasil, devemos procurar as origens da administração reverente ao poder em figuras tais como Benjamim Constant, Ruy Barbosa e Oswaldo Cruz antes que em posteriores doutrinas importadas da administração como tal. A questão relativa ao sentido de finalidade da administração pública abre espaço para rever o fundamento ideológico escondido na técnica e na pretensão científica da técnica não crítica. Veremos que nem todas nossas mazelas são de importação recente.

A revolta contra a prevalência do método sobre o problema já estava contemplada na economia prática de Alfred Marshall e na economia socialmente responsável de Knut Wicksell. Mas esse pleito teve um momento de maior refinamento conceitual e de especial contundência no debate protagonizado por Theodor Adorno contra Karl Popper e seus seguidores em volume insuperável — *A disputa com o positivismo na sociologia alemã* (1963) — em que sustentou a posição inarredável da historicidade do mundo social na formação da teoria. O estatuto histórico da teoria é sua legitimação como e enquanto representação de interesses de classe concretos.

No campo marxista, a questão de método no campo social o ponto de partida é a abordagem fundamental do próprio Marx nos *Grundrisse* (1857-1858) em que faz com a análise demográfica, o que já havia feito com o dinheiro: dinheiro circulante e dinheiro capital, então população como rebanho e como sociedade portadora de cultura. Na obra de Marx, o método envolve um movimento progressivo-regressivo do concreto ao

abstrato e de volta, desenvolvendo-se como resposta intelectual a problemas da sociedade. A questão de método não é opcional e não é metodológica senão ideológica.

O método surge do modo como se percebe o problema e se o mundo social é historicamente formado, o modo de tratá-lo deve refletir essa condição. A consistência lógica da análise será apenas um primeiro passo na direção de sua consistência material, como já estabelecia Aristóteles nos Segundos Analíticos. Este ensaio retoma alguns dos argumentos então apresentados no debate, que colocou Popper e Albert de um lado e Adorno e Habermas do outro, para qualificar o contexto atual de crítica com que nos identificamos. A crítica histórica da crítica já fora o nervo central de *A sagrada família*, em que Marx atacou a universalização de uma crítica abstrata dos Jovens Hegelianos, na realidade voltando ao sentido histórico crítico do próprio Hegel, tal como aparece sua obra histórica.

Nesse ambiente, ainda, na trajetória de trabalhos de extrema importância da chamada *New Left* e de outros, como Fredric Jameson (2005), que coloca a modernidade como um processo culturalmente diferenciado, irredutível às propostas simplificadoras do positivismo. Diferente dos fundamentos filosóficos do marxismo ocidental, a Nova Esquerda norte-americana trouxe uma sensibilidade sociológica à crítica dos processos do poder que já se encontra em Wright Mills, em seu *Power, politics and people* (1959), em que apresenta os processos da vida política em sua interação com os movimentos da organização da vida econômica e do poder militar. Assim como a América do Norte se apresentava como novo poder imperialista, também passava uma visão contestatória que aparece na literatura de Erskine Caldwell, John dos Passos — indiretamente na de Faulkner — como na poesia de Robinson Jeffries, que demarcavam um universo social não europeu.

A proposta de um encaminhamento politicamente consciente de temas de administração pública suscita uma reflexão mais ampla sobre as ciências sociais, primeiro para retirar esse apelido incômodo de aplicadas e em segundo lugar para restituir seu fundamento histórico. Retoma-se a contradição entre a prioridade da esfera privada sobre a pública, pelo que a administração pública torna-se um campo de conflito entre a corrente “cameralista”¹ e a prioridade à responsabilidade social. A primeira assume o serviço do poder,

¹ Denominação atribuída aos economistas assessores do velho império austríaco. A moderna “economia do setor público” não se diferencia muito de von Puffendorf nem de Joseph Schumpeter nem de Zassenhaus, no que eles se dedicavam a construir o que se pode chamar de

encarregada de executar políticas decididas pelo sistema de poder político.² A segunda abre espaço para uma reflexão emancipatória que se coloca na ponte que liga cultura e identidade. A primeira toma o poder como um dado enquanto a segunda reconhece o poder como historicamente formado.

Delineia-se aí um programa de trabalho. A discussão crítica das ciências sociais é parte de seu programa de trabalho fundamental e indissociável de sua ancoragem na realidade social em que operam. Com o desafio de gerar um aparelho de análise pertinente às condições de hoje, enfrenta-se uma tarefa de revisar criticamente o encaminhamento de análise oferecido pelas tendências prevaletentes nos países e nas instituições hegemônicas. Mas essa crítica terá de ter assento em uma perspectiva histórica, para não cair naquela crítica por crítica denunciada por Marx na *Sagrada família*. Finalmente, a coisificação da crítica é uma manobra que a desqualifica e presta um serviço inestimável ao poder econômico e político constituído. A crítica será apenas a manifestação de uma dissensão de interesses e não representará diferenças ideológicas substantivas.

Esta proposta de uma administração política faz-se cargo de responsabilidade social, isto é, assume um determinado papel de liberdade ideológica, com o que personifica duas contradições essenciais da revolução burguesa avançada, quais são as de um conflito entre a perda de sentido de totalidade da análise e a necessidade de dar conta de problemas de uma sociedade globalizada, expurgando a densidade histórica dos problemas que trata, quando enfrenta contextos de inquestionável e renovada pluralidade. Os novos modos de pluralidade que surgiram do rescaldo da Segunda Guerra Mundial e que se revelaram ao final da Guerra Fria, colocaram o mundo diante de nações que evoluem segundo padrões alheios aos dos poderes anteriores e na injunção de explicar situações genuinamente novas, com aparelhos de análise herdados de um universalismo derivado da hegemonia cultural da Europa. A aceitação do colonialismo como opção legítima para sustentar nações portadoras da civilização está na raiz desse universalismo, que em algum momento se apoiou em catequese e em

chamar de Economia de Estado. Podemos considerar que a contribuição de Roberto Campos à política econômica do governo militar corresponde à mesma linhagem. A Economia do Estado começa na objetivização da separação entre Estado e sociedade civil e pressupõe que a burocracia pública tem a capacidade de interpretar as prioridades da sociedade.

² Consideramos aí o governo como sistema de poder executivo que opera com uma máquina administrativa dotada de seus próprios meios de se reproduzir, o que significa que o poder do governo sobre a máquina enfrenta restrições significativas.

outros momentos apresentou-se como portador dos verdadeiros valores da civilização. Por exemplo, que justificam a exportação de missionários pelo mundo afora divulgando as virtudes do individualismo saxônico. O individualismo prosseguiu como pragmatismo, consolidando os pilares do conservadorismo norte-americano, que os coloca como guardiões de uma cultura ocidental conservadora — referendada por Berlin, Bloom, Huntington, Fukuyama e *tutti quanti* — que transvasou para as chamadas ciências sociais aplicadas. Destaca-se, de modo não surpreendente, como esse *establishment* “científico” desfez-se do fundamento crítico do judaísmo moderno, neste caso representado por figuras tais como Chomsky, ficando apenas como um novo conservadorismo sionista, que chega ao poder com Kissinger e se refestela na era Bush, com uma aliança explícita com a ultradireita de Israel. O substrato de responsabilidade personalizada, estudada por Mészáros na raiz judia do projeto de Marx,³ torna-se um entrave que a racionalidade operacional do sistema descarta como inútil.

Desse Mar Morto cultural proveio a entronização dos manuais acrílicos, separados de suas sustentações teóricas, que transformam as ciências sociais em meros exercícios de situações isoladas e de modelos de situações hipoteticamente comparáveis. Modelagem e estudos de caso fazem a festa de uma sociometria alienada e de uma economia mecânica capaz de reduzir qualquer paradigma teórico a uma caricatura neoclássica. Entre a otimização paretiana e a teoria monetária da produção keynesiana esvaíram-se quaisquer vestígios do homem trabalhador cidadão, agora reconfigurado como consumidor e como integrante de uma multidão cujos participantes não têm solidariedade alguma que não for a do momento.⁴

O pragmatismo, ou a pseudoprática, traduz-se em uma opção pelo factual imediato que se converte em um reducionismo epistemológico, distanciado do fundamento ontológico da relação entre teoria e análise,

³ Em sua investida na teoria da alienação de Marx, Mészáros invoca (p. 40) que “De fato, se o conceito de alienação é abstraído do processo socioeconômico concreto, uma mera aparência de historicidade pode pôr-se no lugar de um genuíno entendimento dos fatores complexos envolvidos no processo histórico”. Adiante, diz que “o fundamento último da persistência da problemática da alienação na história das ideias, desde seu início judaico-cristão, . . . é a continuidade ontológica inerente ao desdobramento do capital de acordo com suas leis internas de crescimento” (p. 47). Ver a aparência como contrafação do real segue um caminho oposto ao da fenomenologia conservadora de Husserl que se apoia em eventos de conhecimento da aparência.

⁴ A linha de questionamento sobre a diluição das relações de classe e sua substituição pelas multidões encontra dois trabalhos de maior importância que são *Massa e poder* de Elias Canetti e *Multidão* de Antonio Negri & Michael Hardt.

apresentando-se como pragmatismo em filosofia, como empirismo em sociologia e em economia. A linha dinástica de Charles Peirce a Thomas Dewey e a William James alimenta-se do campo fenomênico, no qual trabalha com casuísmos. Juntam-se dados para explicação e escolhe-se algum entre vários modelos formais, entendendo-se que a elaboração de modelos é uma atividade separada da compreensão do significado histórico da base factual. Os estudos de caso poderão alimentar a formação de uma teoria do mesmo modo como inúmeras observações de macacos podem escrever um livro de história. A visão individualista gera indivíduos infensos a coletivos e as coletividades agirão como múltiplos de individualidades, que convivem com entes socialmente indeterminados, que são empresas e governos. Não há lugar para conflitos entre interesses de coletivos. Não foi por acaso que essa ciência social teve dificuldades para absorver Hegel e Marx e mesmo para compreender Weber. Entende-se, já que a centralidade do coletivo derrubaria o andaime da filosofia social do capitalismo avançado, que precisa desse desmonte das coletividades para legitimar o desassalariamento e a incerteza da renda das maiorias. O emprego foi substituído pela empregabilidade, isto é, passou a ser responsabilidade do trabalhador. Contrata-se conhecimento e não trabalhadores. O Estado burguês, posterior à ideologia do desenvolvimento, exime-se de qualquer responsabilidade com o efeito emprego dos investimentos e assume a seleção de investimentos exclusivamente por sua rentabilidade ao capital (Pedrão, 2008).

A mesma manobra teórica que substitui relações de classe por relações entre coletivos etnoculturais dá lugar a uma teoria da ação socialmente indeterminada de Talcott Parsons⁵ e a uma filosofia da exterioridade com Richard Rorty. A norma é mais importante que o processo, a análise é mais útil que a teoria. A teoria é um conjunto desarmável de teoremas. A influência do neopositivismo na definição desse novo perfil a-histórico de ciência é essencial. Primeiro por separar a demonstração lógica da historicidade dos problemas, que leva a restringir o estatuto de ciência àquele campo de interesse que está imune às “imprecisões” do mundo social. Segundo, por arbitrar uma hierarquia das ciências em que as ciências físicas

⁵ O privilégio concedido pela academia norte-americana à obra de Parsons — *The structure of social action* — tem uma clara explicação ideológica por seu papel na transformação da ideologia do individualismo em doutrina explicativa do processo social. O que parece menos explicável é certa ressurreição de Parsons na etapa normativista de Habermas, na qual um novo ecletismo suspeito se identifica com a redução dos movimentos pendulares da política na União Europeia.

são superiores por serem imunes a juízos de valor, mas que não se justifica quando as ciências físicas se apoiam em demonstrações matemáticas e em conjecturas. A epistemologia das ciências físicas trabalharia em um plano superior ao das ciências sociais, sujeitas às limitações das percepções e dos interesses. Autores como Nagel, Lakatos e Kuhn são alguns dos pilares dessa postura de método.

Ao abrir questão sobre a historicidade dos dados do mundo social desenha-se uma crítica do normativismo, daquela economia que se coloca acima dos conflitos de interesse incorporados na acumulação de capital e se resume a uma teoria de comportamentos genéricos de indivíduos equivalentes. A crítica do normativismo torna-se crítica social em geral, enquanto aparelho explicativo do mundo social como ele se apresenta e da própria apresentação no que ela se converte em desqualificação da essência como representação última dos processos sociais e se desenvolve como uma teoria da aparência.⁶ Essa contrafação da teoria social explica o gosto tardio do *establishment* conservador pelo componente fenomenológico da obra de Habermas, apesar de passar por alto a rebeldia transmitida por sua obra antropológica.

Assim como a sociedade do capital procura substituir todas as outras impondo a lógica do individualismo, a doutrina do empirismo individualista procura gerar os aparelhos operacionais de sua supremacia. O controle da educação seria um alvo inevitável, que além disso teria a vantagem de abrir os mercados dos países periféricos para mais uma entrada de capital do centro.

Nessa qualidade surge o Pacto de Bolonha, que é um momento de consolidação do poderio político do modo pragmático de conduzir os negócios da ciência para atender as necessidades do grande capital. O fim dos velhos grandes doutorados e a isonomia entre sistemas educativos desiguais de países em condições notoriamente desiguais, tudo junto com a generalização dos padrões do pragmatismo. O Pacto de Bolonha representa uma americanização do ensino europeu, que rebate no Brasil diretamente através de reformas universitárias malnascidas e, indiretamente, mediante a influência de centros aparentemente imunes, que de fato constituem

⁶ Acolhemo-nos aqui à metacrítica da obra de Wittgenstein formulada por José Artur Giannotti em sua *Apresentação do mundo* (1995), em que trabalha sobre a relação necessária entre o aprofundamento de forma e suas implicações em conteúdos que estão além de sua facticidade, ou que estão no plano de uma ontologia da gramática. Nesta mesma linha de argumentação, citaremos Marilena Chaui em sua revisão dos fundamentos do “neo” liberalismo, em que aponta sua matriz autoritária.

pontes com o canal central do eixo individualismo–pragmatismo–privatização–desnacionalização.⁷

O novo contexto encerra duas grandes questões de que não poderemos escapar. São elas uma avaliação crítica da ciência social como atividade social e uma consequente avaliação do significado da análise social para o mundo das sociedades concretas. Aos europeus caberá o significado dessa perda por simplificação se ela acaso seja compensada por melhor socialização da educação ou se reflete uma secundarização do sistema educativo ao sistema de poder liderado pelos Estados Unidos.⁸ Formas secundárias de reprodução do pacto de Bolonha no nosso país ultrapassaram as manifestações diretas dos órgãos representativos de empresas e passaram ao próprio encaminhamento partidário, comprovando que os partidos políticos brasileiros podem não ter programas substantivos, mas refletem fielmente estruturas ideológicas que os sustentam. A educação é um mercado frondoso, em que a iniciativa privada se faz subsidiar pelo Estado, pelo que a internacionalização da educação é parte da ideologia do capital internacional.

A posição do Brasil em seu contexto é especialmente dúbia, dadas as condições de subalternidade em que se formaram as ciências sociais no país e reconhecidas as influências desse mesmo modo pragmático na condução do sistema social da ciência, quando não da política científica. O viés é marcante e atinge os encaminhamentos de programas de pesquisa e os de docência. Certa resistência a tratar de tudo que não parece útil e de ater-se aos modos de raciocínio do bloco dominante leva a aparelhos de análise normalizadores, representados por heróis da mediocridade tais como Porter, Mankiw, Rossi, Chiavenato *et cetera*.⁹ Normalização torna-se o

⁷ As novas elites alienadas defendem a desnacionalização invocando as vantagens da universalidade do ensino, subentendendo que as elites são efetivamente internacionalizadas e subalternizadas, que há contradição real entre ser elite e dispor de uma visão crítica do processo de dominação. A ideologia dessa privatização universalista — as faculdades são avaliadas no mercado mediante um coeficiente por cabeça de estudante — foi defendida por alguns políticos brasileiros que se converteram em assessores de grupos internacionais para compra de instituições de ensino.

⁸ Cabem expectativas de que as contradições da União Europeia, que se refletem na crise dos seus países periféricos, contenham energia suficiente para que superem a neomedievalização representada pela coisificação da educação e dos objetivos de desenvolvimento.

⁹ Não se poderia omitir desse panteão de mediocridade os manuais de economia com que alguns professores da USP têm brindado o estudantado brasileiro, induzindo a difusão desse material e justificando o prestígio dessas instituições. Com o uso desse tipo de material alguém pode concluir um curso regular de pós-graduação — como tem acontecido — sem ter lido original algum, sem saber de qual corrente de pensamento faz parte nem qual o significado teórico do aparelho de análise que usa.

meio de desenvolver ferramentas de análise abstrata que se passa a denominar de teorias, como, por exemplo, as expectativas racionais — em que não se discute a racionalidade do sujeito e a competitividade se coloca em mercados indeterminados. A principal característica dessa produção lítero-artística consiste em jamais dizer de onde extraíram as ideias que se expõem, com o que seus autores ficam livres para não criticá-las. Constrói-se uma cultura da gestão submissa, que convive de modo desajeitado com a democracia e olha com complacência para a corrupção ativa praticada pelas empresas e para a corrupção passiva que azeita a máquina eleitoral.

A opção pela responsabilidade ideológica estende-se a uma recuperação do significado histórico da ação política. Ora, esta se realiza mediante a vida política organizada em partidos e outras agremiações políticas e mediante a vida social organizada,¹⁰ em que as universidades desempenham um papel incomparável. Universidades e centros independentes são os lugares onde podem se desenvolver atividades reflexivas no sentido dado a esta expressão por autores como Giddens & Beck (1997), onde a atividade essencial se encontra diante do dilema de assumir identidade por diferença com um agir público contestatório, assumindo conflitos de interesse, rupturas de encaminhamento, ou simplesmente reproduzindo normas e aceitando critérios de utilidade individualista. Se a ciência social reconhece a pluralidade do mundo em que vive terá de reivindicar seu estatuto histórico e mover-se sobre referências representativas do ambiente de interesses conflitivos de pluralidades e rupturas. É oportuno observar como a crise do planejamento ocidental, determinada pelo esgotamento dos objetivos da Segunda Revolução Industrial e da crise de seu correspondente padrão de acumulação, reduziu essa atividade a um escopo mecânico que trata de metas operacionais, geralmente conduzidas em nome de um suposto interesse nacional que não abre a caixa-preta da combinação de interesses ali representados. Isto faz com que no Brasil uma burocracia pública pós-weberiana detenha dois elementos fundamentais do poder na esfera nacional, que são os de decidir sobre o modelo de desenvolvimento do país através de uma escolha de projetos de investimento e do controle dos fundos públicos que respondem pela capacidade de realizar investimentos. A

¹⁰ Cabe aqui uma referência ao farol de milha que foi o trabalho de Habermas sobre a *Mudança estrutural da esfera pública* (1984) em que adiantou o debate sobre o eixo da relação entre eficiência e sentido de finalidade.

controvérsia em torno da concentração do poder público vem da época dos governos militares, mas tornou-se mais grave com o fortalecimento do aparelho público periférico, o aperfeiçoamento dos aparelhos de controle financeiro da economia e o distanciamento entre a burocracia e o Brasil deverá afrontar com seus próprios recursos institucionais quando se compara, por exemplo, com potências como os Estados Unidos e a Rússia, onde, por diferentes motivos, os argumentos de Estado sempre se impuseram aos locais.

Como e porque distinguir um certo interesse nacional que não é o da sociedade. Como explicar que a política de construção de grandes usinas hidrelétricas — em barragens baixas — que modifica de modo irreversível as opções de desenvolvimento do país, e que favorece o projeto de Brasil exportador. A ligação entre o atual e o futuro é a principal característica do planejamento, que é o modo de conduzir uma administração historicamente consistente. O estatuto histórico da ciência social prevê o reconhecimento da complexidade herdada para situar a complexidade de hoje. A administração pública terá de se colocar como uma manifestação crítica da racionalidade que se separa de uma vez por todas do positivismo, do velho e do novo, do de Conte e do de Taylor, para reconhecer o contexto de poder da esfera pública. Como também colocou Giddens em outro contexto de crítica da modernidade, é preciso separar o conhecimento genuinamente científico do conhecimento perito, que se forma e se esgota na operacionalidade. O fundo mais profundo da crítica do pragmatismo é a do individualismo e do culto do poder do grande capital. O estatuto histórico é o da construção de uma identidade incorporada aos processos de transformação da sociedade.

Referências

- ADORNO, Theodor et allere. *La disputa del positivismo en la sociología alemana*. Barcelona: Grijalbo, 1973.
- CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Melhoramentos, 1986.
- CHAUI, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: Oliveira & Paoli (orgs.). *Os sentidos da democracia*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GIANNOTTI, José Artur. *Apresentação do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich & LASH, Scott. *Modernidade reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1998.

- GOLDMANN, Lucien. *Marxisme et sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1970.
- HABERMAS, Jurgen. *Direito e democracia, entre facticidade e validade*. 2 vols. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- . *Teoria y práxis, estúdios de filosofia social*. Madri: Tecnos, 1983.
- . *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HERRING, Hubert. *Evolución histórica de América Latina*. 2 vols. Buenos Aires: Editorial Universitaria, 1972.
- JAMESON, Fredric. *Modernidade singular*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MÉSZAROS, Istvan. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- . *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MOLINA, Vitor. Notas sobre Marx e o problema da individualidade. In: *Da Ideologia*. Center for Contemporary Cultural Studies. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- OLIVEIRA, Francisco & REZEK, Cibelle (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- NEGRI, Antonio & HARDT, Michael. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- PARSONS, Talcott. *The structure of social action*. 2 vols. Nova York: Free Press, 1968.
- WRIGHT MILLS, C. *Power, politics and people*. Nova York, Bantam, 1959.
- ZEA, Leopoldo. *El pensamiento latinoamericano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

Resumo

A historicidade da ciência social é o fundamento de identidade enquanto ciência e a proposta de uma administração ideologicamente responsável é parte dessa condição. A começar por uma revisão da influência do positivismo na formação do sistema de poder e no campo científico, propõe-se desenvolver uma leitura crítica do modo de praticar as ciências sociais. A alienação é um traço fundamental da sociedade mundializada desigual e nos encontramos na necessidade de desenvolver um discurso crítico da ciência social que atinge sua operacionalidade. Torna-se necessário denunciar a perda de sentido histórico no modo de divulgar conhecimento, mesmo no ambiente universitário. Ao ver como se projeta a ideologia do individualismo e como se aparelha um estilo de análise a serviço do grande capital, levanta-se a necessidade de um esforço de superação dessa ciência social submissa.

Abstract

The historical character of social science is the foundation of its identity as science as such, and the proposal of an administration ideologically responsible is an inherent part of that condition. To begin by a revision of the influence of positivism in the Formation of the power system and in the science field we come to a proposal of a critical reading of the way to practice science in the social field. Alienation is a core

trait of the unequal globalized society and we are in the need to develop a critical approach of social science that reach its operacionality. It became imperative to denounce the loss of historial meaning in the way knowledge is divulged, even in the university fields. When seeing as the ideology of individualism project itself and creates an analysis stile obedient to the interests of big capital it is imperative to superate that submisse social science.